

Desemprego no RS fica em 3,7% no 4º trimestre

Comparativo com o mesmo período de 2024 aponta redução recorde da informalidade, segundo dados do IBGE

/TRABALHO

Cássio Fonseca

cassiof@jcrs.com.br

O 4º trimestre de 2025 registrou números expressivos no combate ao desemprego no Rio Grande do Sul. Com 2,551 milhões de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, este é o maior contingente na série histórica da Pnad Contínua, desde 2012, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número está dentro dos 5,916 milhões de pessoas ocupadas no Estado, ante 229 mil desocupadas, o que registra a menor taxa de desocupação da série histórica, com 3,7%. No Brasil, a taxa foi de 5,1%.

No entanto, o chefe da Seção de Informação e Pesquisa da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), Juliano Machado, alerta que, apesar de este ser inegavelmente um momento positivo, é preciso entender os porquês. No comparativo com o 4º trimestre de 2024, a redução da taxa de desocupação se deveu mais à saída das pessoas do mercado do que a um aumento na oferta de empregos. O número bruto de ocupados nesse comparativo anual ficou estável, em 5,9 milhões, com uma redução ínfima.

“Mas o número de pessoas fora do mercado de trabalho, nesse caso, cresceu bastante.

Mais de 92 mil”, afirma Machado. Esses são aqueles com mais de 14 anos que não estão procurando por vagas no momento, seja por estarem aposentados, por entenderem que ofertas de salário ou carga horária não são satisfatórias ou por outro motivo. O total neste escopo é de 3,217 milhões de pessoas. Já os desocupados são pessoas desempregadas que buscam se re-inserir no mercado.

Por outro lado, no comparativo com o trimestre imediatamente anterior - o 3º de 2025 -, houve um aumento da ocupação de mais de 82 mil postos, o que representa um resultado positivo. “Só que esse dado é resultado de um movimento sazonal, porque normalmente os dados da Pnad do 4º trimestre são os melhores”, salienta Machado. Ele conclui que é mais seguro fazer a comparação entre os anos.

Quanto ao impacto na economia, é preciso analisar a massa salarial, ou seja, a quantidade somatória de todas as remunerações decorrentes do trabalho. Com a ocupação em um nível elevado, esse montante é expressivo e faz girar a economia. Por outro lado, observa-se, segundo Machado, que o Banco Central olha com um pé atrás para esses dados, porque os vê como um possível gerador de inflação. “Para controlar isso, é preciso reduzir os investimentos no setor produtivo com o aumento da taxa de juros. Aí fica mais rentá-



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Dados do período indicam que o Rio Grande do Sul atingiu o menor nível de desemprego desde 2012

vel fazer investimentos no setor financeiro”, completa.

Ainda nos quase 6 milhões de ocupados do Estado, há uma divisão significativa entre quem trabalha com carteira assinada e quem tem um trabalho informal. Aqueles mais de 2,5 milhões de empregados CLT no setor privado são o maior quantitativo. Porém, outros 1,4 milhão são informais – o restante se divide entre servidores públicos, empreendedores e outras categorias sem um percentual expressivo.

Machado enfatiza que é pre-

ciso analisar qual a ocupação que está crescendo. Se é a que garante ao trabalhador o acesso aos direitos trabalhistas, à previdência, à seguridade social e garantias no momento de um infortúnio, seja um acidente ou uma demissão. “É o tipo de ocupação que a gente considera mais pertinente e tem que estimular. E essa outra ocupação, que é informal, é aquela que a gente tem que combater.”

No comparativo com o trimestre imediatamente anterior, houve um aumento da ocupa-

ção prioritariamente com carteira assinada, enquanto as inserções informais diminuíram. “Um movimento positivo de formalização que a gente tem que olhar com bons olhos.” E quando comparado com o 4º trimestre de 2024, houve a redução do número de ocupados principalmente nos vínculos informais. É, por exemplo, a pessoa que não tem CNPJ, o trabalhador autônomo, o trabalhador por aplicativo. “Teve um processo de formalização, apesar da redução do número global de ocupados”, finaliza.

Brasil encerrou 2025 com a menor média anual da série em 19 estados e no DF

MATEUS BRUXEL/GABRIELA DI BELLA/ARQUIVO/JC



Taxa de desocupação no País alcançou 5,6% na média do ano passado

A taxa de desemprego atingiu em 2025 a menor média anual da série histórica em 19 estados e no Distrito Federal, disse o IBGE. Foram os seguintes casos: Bahia (8,7%), Amazonas (8,4%), Rio Grande do Norte (8,1%), Amapá (7,9%), Sergipe (7,9%), Distrito Federal (7,5%), Pará (6,8%), Maranhão (6,8%), Ceará (6,5%), Paraíba (6,0%), São Paulo (5,0%), Tocantins (4,7%), Minas Gerais (4,6%), Goiás (4,6%), Rio Grande do Sul (4,0%), Paraná (3,6%), Espírito Santo (3,3%), Mato Grosso do Sul (3,0%), Santa Catarina (2,3%) e Mato Grosso (2,2%).

O cenário segue o registrado no País, que também fechou o ano passado com o indicador na mínima. A taxa de desocupação do Brasil foi de 5,6% na mé-

dia anual de 2025. Os dados integram a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), cuja série histórica começou em 2012.

O resultado do País já havia sido publicado pelo IBGE em janeiro. A apresentação desta sexta traz outros detalhamentos, incluindo números dos estados. Analistas associam o panorama recente do mercado de trabalho a uma combinação de fatores. O primeiro é o desempenho positivo da economia nos últimos anos, que contribuiu para a abertura de vagas.

Outra questão que analistas costumam citar é a mudança demográfica em curso no País. Com o envelhecimento da população, a tendência é de que uma parcela

dos brasileiros saia do mercado e deixe de procurar ocupação.

Isso reduz a pressão sobre a taxa de desemprego porque uma pessoa sem trabalho também precisa estar em busca de oportunidades para ser considerada desocupada. Não basta só não trabalhar.

O quadro ainda é influenciado pela abertura de vagas ligadas à tecnologia. Estudo recente do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) estimou que atividades realizadas por meio de aplicativos reduzem o desemprego em 1 ponto percentual. Os dados do IBGE consideram postos de trabalho formal e informal. Ou seja, com ou sem carteira assinada ou registro de CNPJ.